

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

ABRIL
JUNHO

1999

2000500

10€

(IVA INCLUIDO)

numero

5

25 de Abril

A Revolução dos Cravos

946.9
41974-1999
VIN

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES

Exílio: a Pátria Utópica

José Medeiros Ferreira

A AGÊNCIA LUSA EMITIU ÀS 16:29H DE DOMINGO,
dia 9 de Maio de 1999, a seguinte notícia:

**Genebra: Exilados portugueses
homenageados com lápide no café Landolt**

Genebra, 09 Mai (Lusa) - Uma lápide de homenagem aos exilados portugueses que estiveram em Genebra nos anos 60 e 70 foi hoje descerrada na fachada do edifício onde se situa o café-cervejaria «Landolt», durante uma cerimónia comemorativa.

José Medeiros Ferreira, Eurico Figueiredo, Ana Benavente e Pinto Nogueira foram alguns dos ex-exilados conhecidos na altura pelo «grupo de Genebra», que estiveram presentes na cerimónia.

Ausente esteve António Barreto, que também foi um dos membros importantes deste grupo.

Igualmente presentes na cerimónia outros exilados em Genebra, como Eduardo Chitas, Joaquim Fernandes, Luís Monteiro, Manuel Areias, Manuela Pinto Nogueira, Maria Emília Brederode e Paula Coutinho.

Na lápide descerrada pode ler-se: «*Brasserie Landolt albergou, antes da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 74, as reuniões dos refugiados políticos portugueses. Vinte e cinco anos mais tarde, os portugueses exprimem a sua gratidão a Genebra*».

A lápide foi descerrada por Ana Benavente e pelo cônsul geral de Portugal em Genebra, Aristides Gonçalves, um dos organizadores do acontecimento.

Em declarações à Agência Lusa, Ana Benavente comentou tratar-se de «*um momento muito feliz, 25 anos depois*», apesar de ter vivido na cidade «*momentos felizes e infelizes*».

Admitiu que, na altura, infringiu a legislação vigente na Suíça, fazendo política, quando, como exilados, não o podiam fazer, e muitas vezes ao lado de espanhóis, franceses que ali festejaram o ano de 68 e de 74 em conjunto.

Manifestou ainda a sua gratidão à Suíça, congratulando-se por Portugal ser hoje «*também um país de acolhimento e capaz de receber aqueles que não têm outra casa*», referindo-se aos refugiados kosovares recebidos recentemente no país.

Medeiros Ferreira, um dos mais destacados membros do «grupo de Genebra», disse à Agência Lusa que «*a homenagem é a expressão do reconhecimento mútuo dos suíços em relação aos políticos portugueses que aqui estiveram [...]*».

Na cerimónia estiveram igualmente presentes alguns suíços que viveram lado a lado com os portugueses, nomeadamente o membro do parlamento suíço, Jean Ziegler e o presidente da câmara de Genebra, Michel Rossetti.

Após a cerimónia, foi inaugurada a exposição 25 de Abril, 25 acontecimentos, com fotografias da Agência Lusa, na Universidade de Genebra, com a presença de alunos portugueses e do presidente da direcção-geral da agência de notícias portuguesa, coronel Pedroso Marques.

Lusa

Não vi esta notícia publicada em nenhum jornal português, embora a R.T.P. tenha emitido um excerto do acontecimento. Mas dois importantes órgãos da imprensa genebrina se lhe referiram com aquele à-vontade de quem já viu muita coisa e sabe o seu papel.

Para os portugueses que estiveram presentes na cerimónia, o lado público desta era certamente o menos relevante. Celebrar o 25º aniversário do 25 de Abril na terra que os acolhera durante a ditadura foi o detonador de muitas recordações e de algumas reflexões.

Em primeiro lugar, gostaria de realçar a inteligente e sensível actuação do cônsul-geral de Portugal em Genebra, Dr. Aristides Gonçalves, que envolveu ex-emigrantes políticos e actuais membros da comunidade portuguesa daquela cidade num abraço patriótico comovedor. Ao mesmo tempo que conseguiu empenhar a *Mairie* de Genebra nas comemorações do 25 de Abril e apresentar, a todos, paradigmas de dignidade, de cidadania e de integração nas sociedades de acolhimento.

O próprio representante do Município de Genebra, o Senhor Rossetti, no discurso que proferiu sobre «Genève, terre d'accueil», perante uma vasta plateia, na qual se incluíam muitos emigrantes actuais, teve a generosidade de filiar os exilados políticos portugueses na linha mais qualificada dos refugiados que Genebra acolheu ao longo da sua bem conhecida história. Cito em francês para que conste tal e qual:

«C'est pour honorer cet héritage que Genève a accueilli nombre d'opposants au régime de Salazar. C'est la Genève de Rousseau et de Dunant, la Genève des Droits de l'Homme et de la Croix-Rouge, la Genève de la SDN et des organisations internationales qui leur a ouvert ses bras. Et c'est à cette Genève-là qu'ils ont apporté leur talent, leur intelligence et leur engagement».

E, pois que foi referido, não quero deixar de acrescentar o que mais adiante Michel Rossetti

acentuou: *«C'est dans un contexte analogue que Genève accueille nombre de Portugais qui fuient le régime fasciste. Ils sont particulièrement nombreux dans le milieu médical, à L'Université [...] je ne peux m'empêcher de citer Medeiros Ferreira, António Barreto...».*

O Exílio como lugar de utopia tem uma grande carga conceptual e vivencial e pode ser encarado, ou recordado, por vários ângulos.

Manuel Alegre, exilado na Argélia, escreveu um ensaio intitulado *Errância e Enraizamento*, no qual traça um fresco dos exilados e «estrangeirados» na história de Portugal, desde Damião de Goes a Alexandre Herculano e Almeida Garrett, passando por Filinto Elísio, Ribeiro Sanches e tantos outros até se deter na sua própria experiência. Ele não encara o exílio pelo lado vertiginoso dos seres erráticos que seduziu Teixeira de Pascoaes. Para Manuel Alegre, e tendo em conta que os exilados da ditadura salazarista tiveram das mais prolongadas estações naquele estado de que há memória, *«este longo exílio originou um novo olhar sobre o Mundo e uma nova reflexão sobre Portugal».* Um Portugal que alguns pretendiam alienar dando-lhe virtudes sacrosantas mas obrigando-o a vilipendiar-se na repressão e na violência.

Com efeito, para muitos de nós, obrigados a ver Portugal do exterior, houve duas atitudes que nos mereceram crítica e combate. A primeira tinha a ver com a imagem inculta do mundo e do nosso país que a «educação nacional» transmitira ao longo do século XX ao povo e até às elites endógenas. A segunda atitude derivava do apreço folclórico e mesquinho que o estrangeiro médio nos devotava. Olhávamos a nós próprios como uma espécie de povo eleito pela História e só nos víam como foragidos da civilização e do progresso, atavicamente presos à ignorância analfabeta e aos derivados do colonialismo. O exílio levava à repulsa dessas duas atitudes e à procura dos esclareci-

mentos necessários para derrotar ambos os erros que se completavam.

O estudo da realidade portuguesa impôs-se, assim, aos exilados que dispuseram de oportunidades, meios e tempo para o efeito. Como não recordar aqui as diferentes publicações, como os *Cadernos Necessários*, os *Cadernos de Circunstância*, a revista *Polémica* e outras que tanta influência tiveram na génese das próprias ciências sociais em Portugal? Ou os livros mais procurados da altura, como *Capitalismo e Emigração* de António Barreto e Carlos Almeida e o *Portugal Bailloné* de Mário Soares?

Com efeito, a minha geração, aquela que combateu a ditadura em nome da liberdade e o colonialismo em nome do humanismo e do universalismo, procurava conscientemente uma pátria utópica no exílio. Como disse José Anastácio da Cunha – outro «estrangeirado» – no fim da vida, embrulhando as línguas que aprendera fora da sua pátria, «*Some dreams of humanity qui me déchirent plutôt qu'ils ne me consolent...*».

O exílio é a terra em que se sonha com a pátria utópica por não ser aquela em que se vive e por não se querer aquela outra tal e qual.

Por outro lado a mistura de exílio e juventude, como foi o meu caso entre 1968 e 1974, potencia a condição humana e faz transbordar o coração de esperanças e o espírito de projectos.

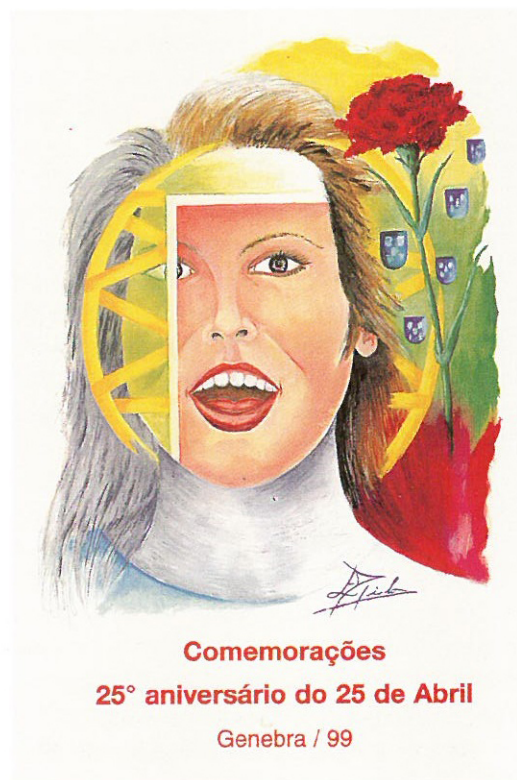
Por mim, confesso que aprendi a amar um Portugal mais prospectivo do que retrospectivo. Tive sempre presente um trecho chave de Antero de Quental, redigido em Maio de 1871, para as Conferências do Casino: «*Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? [...] É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado*». E ainda a forma como o ilustre açoriano em 1887, num fim de século parecido com o nosso, definiu a sua geração, uma das que mais sofreram intelectualmente de outra espécie de exílio,

o interior – como «*a primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição*».

Quando estive exilado, confesso que, a par do cultivo das normas da liberdade política e de democracia representativa pluralista, sonhei com uma pátria prospectiva, o oposto do nacionalismo tradicionalista e folclórico com que os agentes da ditadura entreteimiam as comunidades portuguesas.

Permito-me aqui o atrevimento de citar a comunicação que elaborei em Genebra e que enviei para o Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em Abril de 1973, e intitulada significativamente «*Da Necessidade de um Plano para a Nação*»

Essa comunicação foi elaborada em Genebra, já eu era assistente na Faculdade de Ciên-



Programa das Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril. Genebra, 1999.

Vingt-cinq ans après, des anciens réfugiés célèbrent la Révolution des œillets

PORTUGAL A Genève, une plaque a été installée là où ils se réunissaient.

NICOLAS MERCKLING

Au début des années septante, Ana Benavente, réfugiée politique, étudiait à Genève alors que la dictature sévissait au Portugal. Avec une poignée d'amis, elle a fondé une revue politique, *Polemica*, distribuée clandestinement dans son pays.

Aujourd'hui, vingt-cinq ans après la Révolution des œillets menée par une partie de l'armée le 25 avril 1974 pour mettre fin à quarante-huit ans de dictature, Ana Benavente occupe le poste de secrétaire d'Etat à l'Education.

Ce week-end, elle était à Genève pour participer aux cérémonies du 25e anniversaire. Plusieurs animations ont marqué ces commémora-

tions. Maria Barroso, présidente de la Croix-Rouge portugaise et épouse de Mario Soares, s'est notamment exprimée sur le thème de la femme portugaise.

«Autour d'un verre, on parlait politique»

Dimanche, une plaque commémorative a été inaugurée en présence d'Aristides Gonçalves, consul du Portugal, et du maire de Genève, André Hediger, à la Brasserie Landolt. Cette plaque indique que c'est en ce lieu qu'Ana Benavente et ses amis se réunissaient.

«Autour d'un verre, on parlait politique, culture. On voulait contribuer à la chute de la dicta-

ture, alors on a publié notre revue *Polemica*», raconte la secrétaire d'Etat. Par la suite, ses amis ont aussi joué un rôle dans la sphère politique portugaise. «L'un d'entre nous, Anténio Baretto, est devenu ministre de l'Agriculture et du Commerce, d'autres sont devenus députés.» Egalement présent, le colonel Vasco Lourenço était l'un des capitaines qui ont préparé la Révolution des œillets. Selon lui, l'action des réfugiés hors de son pays était primordiale. «Si notre mouvement a obtenu un soutien populaire massif, c'est grâce à ces intellectuels qui ont préparé le terrain en dénonçant la dictature.»

Pour Ana Benavente, le souffle de la Révolution des œillets existe encore: «Nous devons continuer à être critique dans ce que nous entreprenons.» ■



Commémoration. De gauche à droite, Vasco Lourenço, Maria de Jesus Barroso et Ana Benavente.

«25 anos depois, antigos refugiados celebram a Revolução dos Cravos». Notícia publicada na *Tribuna de Genève* de 10 de Maio de 1999.

cias Económicas e Sociais, em longos e suaves passeios no tranquilo Jardim des Bastions. A sua redacção foi praticamente toda feita numa sala da Biblioteca Pública e Universitária (BPU) situada entre o edifício principal da Universidade e aquele jardim. Aí dizia, e com que precauções, que seriam as Forças Armadas a derubar a ditadura! Para muitos dos que leram essa «tese» na altura, era já o exílio que me estava a afastar da realidade concreta...

Nessa mesma tese resolvi sintetizar os objetivos necessários a um «Plano para a Nação»,

através da força verbal do modo infinitivo: descolonizar, democratizar, socializar e desenvolver. Foi pois com muito agrado que observei o facto de o Programa do MFA integrar a chamada política dos três dês. E foi também com agrado que li um depoimento de Vitor Alves, no *Expresso* de 7 de Abril de 1984, em que este oficial de Abril se referia-se explicitamente a essa coincidência entre a tese, enviada do exílio em Genebra, nos princípios de 1973, para o Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, e o Programa do MFA tornado público em Abril de 1974.

Nessa mesma comunicação ao Congresso da Oposição Democrática, enviada do exílio suíço, tratava ainda da futura opção europeia de Portugal, em termos que seriam três anos mais tarde recuperados no programa do I Governo Constitucional.

Com efeito, na redacção elaborada no exílio pode ler-se: «*Na realidade, no preciso momento em que o processo de integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a médio prazo, mas com enormes vantagens a longo, no caso de estarmos preparados, encontra-se o país a contas com uma guerra colonial longa de mais de dez anos*», no Programa do 1º Governo Constitucional, em que participei, adaptou-se esse trecho para «*Ora, a descolonização efectua-se no momento preciso em que a integração europeia se acelera e nos abrange, com certos riscos a curto prazo, mas com evidentes vantagens posteriores*».

Creio que não passa despercebida a ninguém a coincidência, que não é pura, entre os dois textos separados por três anos, por uma revolução, e pela passagem às responsabilidades governativas.

Outra afinidade entre a tese de Aveiro e o capítulo de política externa do Programa do 1º Governo Constitucional encontra-se no respeitante ao tema das relações com África como um dos pressupostos para a integração europeia de Portugal. Nas conclusões do texto enviado para o Congresso de Aveiro propunha que «*o processo de descolonização portuguesa, inscrevendo-se num quadro político mais vasto que é o da criação de uma zona Europa-África terá de ter esta em conta*».

Este tópico foi retomado no programa governamental, sob a epígrafe das «Relações com os novos países africanos», onde já em 1976 se detectava «*um movimento desses novos países africanos para virem a aderir à Convenção de Lomé. [...] Encontra aqui uma das razões para*

que Portugal venha a integrar-se no Mercado Comum».

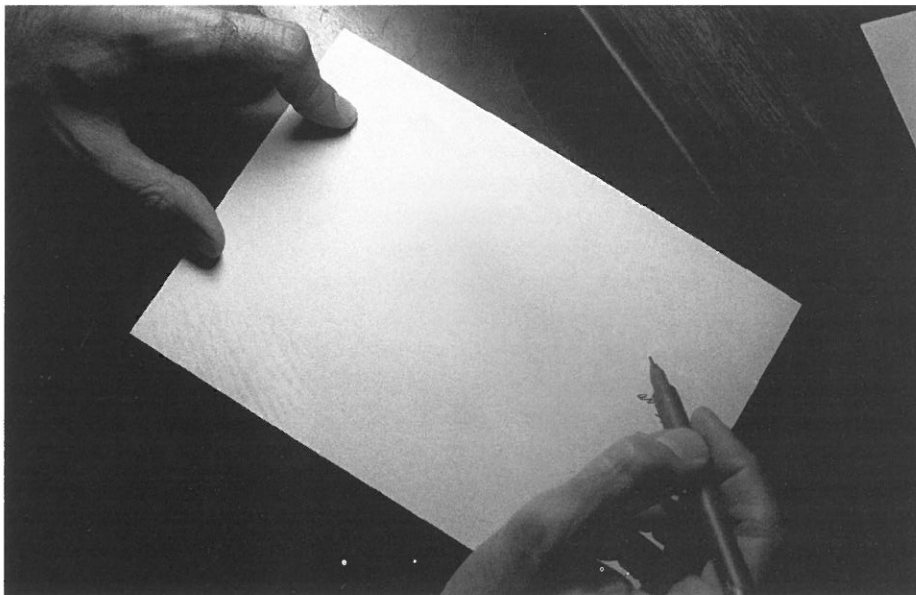
Eis um dos pressupostos explícitos do pedido de adesão de Portugal à C.E.E. que se confirmou plenamente. Quando a República Portuguesa assinou o Tratado de Adesão à C.E.E., todas as ex-colónias africanas já eram membros da Convenção de Lomé. Ter tido em conta esse dado, em 1973, quando ainda vigorava o mito do espaço económico português e, também em 1976, quando era convicção geral que os regimes saídos das independências eram reféns de Moscovo, não deixa de me merecer hoje uma referência orgulhosa.

Entre a elaboração da tese enviada para o Congresso de Aveiro em 1973 e a assumpção de responsabilidades governamentais entre Setembro de 1975 e Outubro de 1977, consolidei essa «opção estratégica» que foi tomada e executada rapidamente e com êxito nos primeiros seis meses de vigência do 1º Governo Constitucional.

Os seis anos que passei no exílio acabaram por ser anos frutíferos de vivência democrática, numa sociedade tão livre como a suíça, de reflexão e estudo, quer como universitário quer como cidadão que se mantinha empenhado em participar no futuro de Portugal.

Recordo hoje os inúmeros compatriotas que me foram visitar a Genebra, ou que por lá passaram, sem se esquecerem de dar ou trazer «notícias do meu país»: Jorge Sampaio e o seu saudoso pai Doutor Arnaldo Sampaio, César Oliveira, Salgado Matos, Vitor Wengorowius, Jaime Gama, Mário Mesquita, José Luís Nunes, Manuel Lopes, José Dias, Gonçalves André, António Reis, José Manuel Galvão Teles, Margarida Soares Ferreira e tantos outros, sem esquecer, claro, os familiares e amigos sem actividade política conhecida.

O exílio foi um paradoxal lugar da utopia. António Barreto resume assim a sua experiência



de exilado no livro *Sem Emenda*: «Apesar de ter chegado a estar razoavelmente integrado na sociedade suíça e genebrina, vivi sempre com um sentimento de transitoriedade» (*op. cit.*, p. 34).

Para aqueles que, entre os exilados, já se encontravam integrados profissionalmente, a decisão de regressar a Portugal após a revolução do 25 de Abril de 1974 foi mais uma opção a tomar, desta vez em plena liberdade.

Não quero aqui deixar de referir alguns nomes de entre aqueles que tanto me ajudaram nas incertezas iniciais do exílio: sempre a Maria Emília, desde a saída até ao regresso; a extrema solidariedade e hospitalidade do Eurico Figueiredo e da sua mulher, Berta Fernandes Figueiredo, que me ajudaram a sair do país e nunca me cobraram nada; os suíços que me acolheram e me atribuíram oficialmente o estatuto de refugiado político, muito especialmente a Universidade de Genebra, que me deu a excepcional oportunidade de ser seu estudante e seu docente. Aliás, a própria divisa da Universidade de Genebra era um

hino de esperança – «*Post tenebras lux*» – que ainda me guia na postura de um mundo melhor.

Regressar após o 25 de Abril de 1974 foi para mim um imperativo de consciência. Quis regressar para ajudar a realizar a *Pátria utópica*, sonhada, cantada, pensada e escrita no exílio e na juventude.

Sempre tendo em conta o que escrevi em Genebra para Aveiro em 1972: «*Se se enquadrar os problemas portugueses à luz da continuação de Portugal no mundo, pode aparecer subalterizado o papel dos instrumentos capazes de levar para a frente o projecto de continuar a Nação. Porém, se perscrutarmos os anseios do corpo nacional, torna-se evidente que a grande união dos portugueses se faz em torno da conquista das principais liberdades democráticas. A instauração de formas democráticas será pois exigência que um verdadeiro poder anti-fascista e anti-colonialista não poderá adiar*».

O actual pacto de sociedade é um pacto essencialmente político e democrático, como foi entendido por muitos que estiveram exilados. O padre Manuel Antunes, que só o foi internamente, afirmou-o, em 1979: «*Portugal é hoje uma sociedade politizada [...]. Só assim será possível a re-invenção de Portugal por Portugal, a re-criação de Portugal por Portugal. Através da democracia como espaço da liberdade e da comunidade, da subjectividade, da consensualidade e da soberania popular*».

O culto da liberdade, da solidariedade, da tolerância e das formas da democracia política pluralista foi a maior aquisição do meu exílio genebrino. Mas creio poder deduzir que o facto da ditadura ter obrigado ao exílio vagas sucessivas de portugueses originou um regresso multifacetado ao país de gente com idades e vivências diversificadas que enriqueceram o debate político e cultural no espaço de liberdade radical em que se tornou Portugal depois de 25 de Abril de 1974.